



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



LEI Nº 326, de 05 de julho de 2013.

“Dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências”

O Povo do Município de Novorizonte, Estado de Minas Gerais, por seus representantes à Câmara Municipal aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, nas normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Novorizonte relativo ao exercício de 2014, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI - definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição de despesas consideradas irrelevantes;

XIII – disposições sobre a dívida pública;

XIV – disposições sobre o orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta;

XV – das disposições gerais e finais.

Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

Art. 2º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, excepcionalmente para o exercício financeiro de 2014, as Metas e Prioridades da Administração Municipal serão definidas quando da elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período 2014-2017, o qual será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 30/08/2013.

§ 1º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput desse artigo.

§ 2º - As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2014, definidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2014 – 2017, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Seção II

Orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária Anual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 3º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014 deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, promovendo a participação popular nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão implantar e manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações exigidas pela Lei Federal 9.755/98, e pela Lei Complementar 131/2009, como também o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 4º - As categorias de programação de que trata essa Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa além da fonte e destinação de recursos, de acordo com as codificações da Portaria SOF/STN 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores, da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017 e Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 5º - Conforme dispõe o art. 15 da Lei 4.320/1964, a proposta orçamentária para o exercício de 2014 será discriminado até o nível de elemento da despesa, e a estrutura da natureza da despesa a ser observada na elaboração da proposta orçamentária de todas as esferas de Governo será “c.g.mm.ee.dd”, onde:

- a) “c” representa a categoria econômica;
- b) “g” o grupo de natureza da despesa;
- c) “mm” a modalidade de aplicação;
- d) “ee” o elemento de despesa;
- e) “dd” o desdobramento do elemento de despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



§ 1º - No desdobramento do elemento da despesa “dd”, obrigatoriamente constará o preenchimento “00” na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014.

Art. 6º - O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 7º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal conterá além da Mensagem de Encaminhamento, todos os anexos exigidos pela Legislação e os quadros orçamentários consolidados.

Art. 8º - As estimativas de receitas e a fixação de despesas para o exercício de 2014 a serem consideradas nos Anexos de Metas Fiscais, deverão obedecer às diretrizes constantes desta Lei e poderão ser adequadas às possíveis variações que possam ocorrer até a elaboração da proposta orçamentária.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no caput do artigo, os ajustes necessários serão realizados preferencialmente no valor da Reserva Para Contingenciamento.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como das alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidos nesta lei.

Art. 9º - O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao setor de planejamento do Poder Executivo, até o dia 31-07-2013, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 11 - A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação do Setor Jurídico do Município.

Art. 12 - Na fixação das despesas para o exercício de 2014, será assegurada a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% (quinze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde.

Subseção Única

Da definição do Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência;

Art. 13 – A Lei Orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal e será superior a no mínimo 1% da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2014, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para a abertura de créditos adicionais.

Seção III

Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

Art. 14 - A despesa com pessoal do município não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do total da receita corrente líquida.

Parágrafo Único – Serão consideradas na apuração dos gastos, as despesas com pagamento de inativos, pensionistas, agentes políticos, detentores de cargos, empregos ou funções, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas à Previdência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 15 - A repartição do limite constante do artigo anterior não poderá exceder os seguintes percentuais:

I -6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 16 - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a adoção de medidas não deverá prejudicar o atendimento à saúde, educação e assistência social do município.

Art. 17 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estipulados para cada Poder, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Art. 18 - Desde que obedecidos os limites para gastos com pessoal, definidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, os Poderes Municipais, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar remuneração dos Servidores e Subsídios dos Agentes Políticos, conceder vantagens fixas e variáveis, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma disposta em lei.

Art. 19 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso sejam ultrapassados os limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei:

- I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- IV – exoneração dos servidores não estáveis.

Seção IV

Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

Art. 20 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas ou vinculados a programas sociais do Município, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 21 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme art. 14, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 23 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão.

III – aperfeiçoamento dos processos administrativo-tributários, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 24 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Sobre Imóveis;
- VI - instituição de Taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 25 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Equilíbrio entre receitas e despesas;

Art. 26 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 27 - Os projetos de Lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do município para o exercício de 2014 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição das receitas ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2014 a 2016, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a) A implantação das medidas previstas nos arts. 23 e 24 desta Lei;
- a) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- b) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a) Implantação de rigorosa pesquisa de preço, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Critérios e formas de limitação de empenho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 29 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2014, prioritariamente nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§1º - Excluem-se do caput desse artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e com os precatórios judiciais.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º - Os poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013.

§ 5º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção VII

**Normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas
financiados com recursos dos orçamentos;**

Art. 30 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação de resultados dos programas de governo.

Art. 31 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A Lei Orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo”.

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo, pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Art. 32 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, que deve ser emitido por autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 33 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de auxílios e contribuições para entidade pública e/ou privada, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituído e signatário de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 34 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades públicas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 35 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferências financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesse local, observado as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 36 - As entidades beneficiadas com os recursos e as entidades previstas nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo e Poder Legislativo com finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 37 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 32 a 35 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 38 - É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único - As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde, ou a pessoas físicas constantes do cadastro de assistência social do município.

Art. 39 - A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Seção IX

Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;

Art. 40 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvado as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam, claramente, o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

Seção X

Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

Art. 41 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 com vistas ao cumprimento das metas de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15(quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



II – o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento;

III – o cronograma de pagamentos mensais de despesas incluídos os restos a pagar, esses últimos identificados em processados e não processados, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º – Para atender ao *caput* deste artigo, o Poder Executivo elaborará demonstrativo contendo:

I - a previsão de arrecadação da receita desdobrada em metas bimestrais, classificadas em dois grupos - receitas de natureza financeira, que reúne aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens, e receitas não-financeiras, reunindo as demais receitas do orçamento;

II - o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento;

III - o cronograma de pagamentos mensais de despesas, incluídos os Restos a Pagar, esses últimos identificados em processados e não processados;

IV - a previsão de resultados primários, desdobrada por bimestre, demonstrando o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO.

§ 3º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão ou local oficial de publicação do Município até 30(trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014.

Seção XI



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Da definição de critérios para início de Novos Projetos;

Art. 42 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2014, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício subsequente.

Seção XII

Da definição das despesas consideradas irrelevantes;

Art. 43 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e outros serviços e compras.

Seção XIII

Das disposições sobre a dívida pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 44 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 45 – Na Lei Orçamentária para o exercício de 2014, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 46 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 47 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação da receita – ARO, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Seção XIV

Disposições Sobre o Orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta

Art. 48 - As despesas do Poder Legislativo e da Administração Indireta constarão da proposta orçamentária para o exercício de 2014, em programa de trabalho próprio, detalhado, conforme aprovado em Resoluções do órgão colegiado específico, observando o disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal e os Órgãos da Administração Indireta enviarão mensalmente ao Poder Executivo, no prazo máximo de 15 dias após o



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



encerramento de cada mês, balancetes mensais de execução da receita e despesa, detalhando a movimentação orçamentária, extra-orçamentária e saldos bancários, os quais farão parte das demonstrações contábeis do município a serem publicadas e consolidadas para efeito da Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, em atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 49 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido no Inciso I, do artigo 29-A, da Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências prevista no § 5º, do Art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§1º - Em conformidade com o inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009, o percentual destinado ao Poder Legislativo para cobertura de suas despesas totais, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento).

§2º - É vedado o repasse para atender despesas estranhas às atividades legislativas e superiores ao limite constante do caput do Artigo.

§3º - O Poder Legislativo não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com a folha de pagamento, incluindo os gastos com o subsídio dos vereadores.

§4º - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, obedecendo ao que determina o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

Seção XV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 50 - As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, por meio de Decreto do Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 51 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 52 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme dispostos no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 53 - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer através de decreto a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal.

Art. 54 - Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar ou acrescentar fontes de recursos nas dotações orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2014, através de decreto, quando tais fontes não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 55 - Em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência dos servidores municipais.

Art. 56 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



Art. 57 - As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2014 deverão ser compatíveis com os programas, ações, metas e objetivos constantes do Plano Plurianual do município para o quadriênio 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) dotações financiadas com recursos vinculados;
- e) dotações referentes a contrapartida.

§ 2º - Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde, como também não serão permitidas emendas que criem novos projetos e atividades não previstos no Plano Plurianual do município para o quadriênio 2014/2017.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art. 58 - Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 (um doze avos) por mês das dotações orçamentárias correntes constantes da proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
GABINETE DO PREFEITO
Estado de Minas Gerais



vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 59 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais;

Art. 60 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Novorizonte, 05 de julho de 2013.

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	9.233.094,88	10.790.514,12	11.233.833,32	14.094.000,00	15.466.000,00	16.880.000,00	18.420.000,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	379.496,83	321.554,86	196.275,42	687.000,00	457.000,00	497.000,00	540.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	107.236,66	111.764,46	128.001,44	165.000,00	160.000,00	175.000,00	191.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.131,92	114.182,19	67.757,40	117.000,00	167.000,00	181.000,00	195.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	24.595,68	8.987,20	5.866,36	28.000,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.685.204,07	10.215.457,86	10.800.921,79	13.044.000,00	14.550.000,00	15.886.000,00	17.343.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.429,72	18.567,55	35.010,91	53.000,00	120.000,00	128.000,00	137.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.042.930,00	1.276.841,96	1.020.815,71	2.520.000,00	2.843.000,00	3.102.000,00	3.385.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	50.000,00	150.000,00	163.000,00	177.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	33.000,00	36.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.042.930,00	1.276.841,96	1.020.815,71	2.440.000,00	2.663.000,00	2.906.000,00	3.172.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.146.072,74	-1.399.288,83	-1.460.749,10	-1.735.000,00	-1.743.000,00	-1.903.000,00	-2.078.000,00
TOTAL:	9.129.952,14	10.668.067,25	10.793.899,93	14.879.000,00	16.566.000,00	18.079.000,00	19.727.000,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZAS DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS CORRENTES	8.089.457,51	8.591.714,27	9.237.177,48	11.081.000,00	11.986.000,00	13.088.000,00	14.289.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.551.047,88	3.817.308,04	4.594.671,21	5.187.800,00	5.479.000,00	5.983.000,00	6.533.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.538.409,63	4.774.406,23	4.642.506,27	5.883.200,00	6.487.000,00	7.083.000,00	7.732.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.441.972,59	1.866.422,56	1.333.358,18	3.658.000,00	4.420.000,00	4.816.000,00	5.247.000,00
INVESTIMENTOS	1.377.736,28	1.824.715,24	1.252.175,14	3.548.000,00	4.250.000,00	4.630.000,00	5.044.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.236,31	41.707,32	81.183,04	110.000,00	120.000,00	131.000,00	143.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	140.000,00	160.000,00	175.000,00	191.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	140.000,00	160.000,00	175.000,00	191.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	9.531.430,10	10.458.136,83	10.570.535,66	14.879.000,00	16.566.000,00	18.079.000,00	19.727.000,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS(OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS)	9.104.820,22	10.553.885,06	10.726.142,53	14.694.000,00	16.231.000,00	17.715.000,00	19.333.000,00
RECEITA TOTAL	9.129.952,14	10.668.067,25	10.793.899,93	14.879.000,00	16.566.000,00	18.079.000,00	19.727.000,00
RECEITAS CORRENTES	9.233.094,88	10.790.514,12	11.233.833,32	14.094.000,00	15.466.000,00	16.880.000,00	18.420.000,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	379.496,83	321.554,86	196.275,42	687.000,00	457.000,00	497.000,00	540.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	107.236,66	111.764,46	128.001,44	165.000,00	160.000,00	175.000,00	191.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.131,92	114.182,19	67.757,40	117.000,00	167.000,00	181.000,00	195.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.131,92	114.182,19	67.757,40	105.000,00	155.000,00	168.000,00	181.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	24.595,68	8.987,20	5.866,36	28.000,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.685.204,07	10.215.457,86	10.800.921,79	13.044.000,00	14.550.000,00	15.886.000,00	17.343.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.429,72	18.567,55	35.010,91	53.000,00	120.000,00	128.000,00	137.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.042.930,00	1.276.841,96	1.020.815,71	2.520.000,00	2.843.000,00	3.102.000,00	3.385.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	50.000,00	150.000,00	163.000,00	177.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	33.000,00	36.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.042.930,00	1.276.841,96	1.020.815,71	2.440.000,00	2.663.000,00	2.906.000,00	3.172.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.146.072,74	-1.399.288,83	-1.460.749,10	-1.735.000,00	-1.743.000,00	-1.903.000,00	-2.078.000,00
DEDUÇÕES	25.131,92	114.182,19	67.757,40	185.000,00	335.000,00	364.000,00	394.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.131,92	114.182,19	67.757,40	105.000,00	155.000,00	168.000,00	181.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	50.000,00	150.000,00	163.000,00	177.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	33.000,00	36.000,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS(OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS)	9.467.193,79	10.416.429,51	10.489.352,62	14.759.000,00	16.426.000,00	17.926.000,00	19.560.000,00
DESPESA TOTAL	9.531.430,10	10.458.136,83	10.570.535,66	14.879.000,00	16.566.000,00	18.079.000,00	19.727.000,00
DESPESAS CORRENTES	8.089.457,51	8.591.714,27	9.237.177,48	11.081.000,00	11.986.000,00	13.088.000,00	14.289.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.551.047,88	3.817.308,04	4.594.671,21	5.187.800,00	5.479.000,00	5.983.000,00	6.533.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.538.409,63	4.774.406,23	4.642.506,27	5.883.200,00	6.487.000,00	7.083.000,00	7.732.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.441.972,59	1.866.422,56	1.333.358,18	3.658.000,00	4.420.000,00	4.816.000,00	5.247.000,00
INVESTIMENTOS	1.377.736,28	1.824.715,24	1.252.175,14	3.548.000,00	4.250.000,00	4.630.000,00	5.044.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.236,31	41.707,32	81.183,04	110.000,00	120.000,00	131.000,00	143.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	140.000,00	160.000,00	175.000,00	191.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	140.000,00	160.000,00	175.000,00	191.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	64.236,31	41.707,32	81.183,04	120.000,00	140.000,00	153.000,00	167.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.236,31	41.707,32	81.183,04	110.000,00	120.000,00	131.000,00	143.000,00
Resultado Primário:	-362.373,57	137.455,55	236.789,91	-65.000,00	-195.000,00	-211.000,00	-227.000,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	78.292,68	0,00	100.000,00	200.000,00	250.000,00	200.000,00
DEDUÇÕES(II)	358.523,92	473.673,50	501.000,00	301.000,00	401.000,00	401.000,00
Ativo Disponível	1.092.857,77	1.086.169,73	1.200.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00
Haveres Financeiros	899,02	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
(-)Restos A Pagar Processados	735.232,87	612.496,23	700.000,00	800.000,00	800.000,00	600.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(III+IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal:	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* (a) Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida de 2010(0,00)

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp.Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	0,00	78.292,68	0,00	100.000,00	200.000,00	250.000,00	200.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	78.292,68	0,00	100.000,00	200.000,00	250.000,00	200.000,00
DEDUÇÕES(II)	139.213,50	358.523,92	473.673,50	501.000,00	301.000,00	401.000,00	401.000,00
Ativo Disponível	753.688,34	1.092.857,77	1.086.169,73	1.200.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00
Haveres Financeiros	20.790,00	899,02	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
(-) Restos A Pagar Processados	635.264,84	735.232,87	612.496,23	700.000,00	800.000,00	800.000,00	600.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA=(I-II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO I - METAS ANUAIS art.4º,§1º da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a X 100) (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b X 100) (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c X 100) (PIB X 1000)
Receita Total	16.566.000,00	15.672.658,47	--	18.079.000,00	16.228.904,85	--	19.727.000,00	16.846.285,23	--
Receitas Primárias(I)	16.231.000,00	15.355.723,75	--	17.715.000,00	15.902.154,40	--	19.333.000,00	16.509.820,67	--
Despesa Total	16.566.000,00	15.672.658,47	--	18.079.000,00	16.228.904,85	--	19.727.000,00	16.846.285,23	--
Despesas Primárias(II)	16.426.000,00	15.540.208,14	--	17.926.000,00	16.091.561,94	--	19.560.000,00	16.703.672,08	--
Resultado Primário(III)=(I-II)	-195.000,00	-184.484,39	--	-211.000,00	-189.407,54	--	-227.000,00	-193.851,41	--
Resultado Nominal	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--
Dívida Pública Consolidada	200.000,00	189.214,76	--	250.000,00	224.416,52	--	200.000,00	170.794,19	--
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--	0,00	0,00	--

Nota: O cálculo das metas acima foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico

Variáveis	2014	2015	2016
PIB real (crescimento % anual)	3,50	3,50	3,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)	8,50	8,50	8,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)	2,05	2,05	2,05
Inflação média(%anual)projetada com base em índices oficiais de inflação	5,70	5,70	5,70
Projeção do PIB do estado - R\$ milhares	0,00	0,00	0,00

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2014	2015	2016
Valor Corrente/1,0570	Valor Corrente/1,1140	Valor Corrente/1,1710

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp.Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Discriminação	I Previstas (a)	II Realizadas (b)	Variação(II-I)	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a) x 100
RECEITAS				
RECEITAS CORRENTES	12.259.100,00	11.233.833,32	-1.025.266,68	-8,36
RECEITAS DE CAPITAL	2.760.000,00	1.020.815,71	-1.739.184,29	-63,01
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL:	15.019.100,00	12.254.649,03	-2.764.450,97	-18,41
(-)DEDUÇÕES				
Aplicação Financeira	40.000,00	67.757,40	27.757,40	69,39
Receita de Operações de Crédito	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00
Receita de Alienação de Bens	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00
receitas redutoras	1.549.100,00	1.460.749,10	-88.350,90	-5,70
SUBTOTAL:	1.669.100,00	1.528.506,50	-140.593,50	-8,42
TOTAL DA RECEITA FISCAL:	13.350.000,00	10.726.142,53	-2.623.857,47	-19,65
DESPESAS				
DESPESAS CORRENTES	9.981.000,00	9.237.177,48	-743.822,52	-7,45
DESPESAS DE CAPITAL	3.379.000,00	1.333.358,18	-2.045.641,82	-60,54
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00	0,00	-110.000,00	-100,00
SUBTOTAL:	13.470.000,00	10.570.535,66	-2.899.464,34	-21,53
(-)DEDUÇÕES				
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00
Amortização da Dívida	90.000,00	81.183,04	-8.816,96	-9,80
SUBTOTAL:	100.000,00	81.183,04	-18.816,96	-18,82
TOTAL DAS DESPESAS FISCAIS	13.370.000,00	10.489.352,62	-2.880.647,38	-21,55
RESULTADO PRIMÁRIO:	-20.000,00	-236.789,91	-216.789,91	1.083,95
RESULTADO NOMINAL:	160.000,00	0,00	-160.000,00	-100,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle InternoHELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as dos Três exercícios Anteriores art.4º,§2º,inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	10.668.067,25	10.793.899,93	--	14.879.000,00	--	16.566.000,00	--	18.079.000,00	--	19.727.000,00	--
Receitas Primárias(I)	10.553.885,06	10.726.142,53	--	14.694.000,00	--	16.231.000,00	--	17.715.000,00	--	19.333.000,00	--
Despesa Total	10.458.136,83	10.570.535,66	--	14.879.000,00	--	16.566.000,00	--	18.079.000,00	--	19.727.000,00	--
Despesas Primárias(II)	10.416.429,51	10.489.352,62	--	14.759.000,00	--	16.426.000,00	--	17.926.000,00	--	19.560.000,00	--
Resultado Primário(III)=(I-II)	137.455,55	236.789,91	--	-65.000,00	--	-195.000,00	--	-211.000,00	--	-227.000,00	--
Resultado Nominal	0,00	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--
Dívida Pública Consolidada	78.292,68	0,00	--	100.000,00	--	200.000,00	--	250.000,00	--	200.000,00	--
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	11.984.506,75	11.424.263,69	--	14.879.000,00	--	15.672.658,47	--	16.228.904,85	--	16.846.285,23	--
Receitas Primárias(I)	11.856.234,48	11.352.549,25	--	14.694.000,00	--	15.355.723,75	--	15.902.154,40	--	16.509.820,67	--
Despesa Total	11.748.670,91	11.187.854,94	--	14.879.000,00	--	15.672.658,47	--	16.228.904,85	--	16.846.285,23	--
Despesas Primárias(II)	11.701.816,91	11.101.930,81	--	14.759.000,00	--	15.540.208,14	--	16.091.561,94	--	16.703.672,08	--
Resultado Primário(III)=(I-II)	154.417,56	250.618,44	--	-65.000,00	--	-184.484,39	--	-189.407,54	--	-193.851,41	--
Resultado Nominal	0,00	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--
Dívida Pública Consolidada	87.954,00	0,00	--	100.000,00	--	189.214,76	--	224.416,52	--	170.794,19	--
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--	0,00	--

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Corrente X 1,1234	Valor Corrente X 1,0584	Valor Corrente X 1,0000	Valor Corrente/1,0570	Valor Corrente/1,1140	Valor Corrente/1,1710

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp.Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO art.4º,§2º,inciso II da LRF

Município						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2011	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	3.441.821,55	100,00	4.893.479,46	100,00	6.138.327,72	100,00
TOTAL:	3.441.821,55	100,00	4.893.479,46	100,00	6.138.327,72	100,00

Regime Previdenciário						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2011	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp.Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS art.4º,§2º,inciso III da LRF

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2011 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2010 (d)	2011 (e)	2012 (f)
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO:	g=(a-d)	h=(b-e)+g	i=(c-f)+h
	0,00	0,00	0,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp.Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

VII ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA Art. 4º, §2º, inciso V da LRF

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2013	2014	2015	
IPTU	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO DE MORADIA PARA CARENTES	4.000,00	4.500,00	5.000,00	ALTERAÇÃO ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
ISSQN	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO MORADIA PARA CARENTES	8.000,00	9.000,00	10.000,00	ALTERAÇÃO ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
ISSQN	Isenção Caráter não geral	INDUSTRIAL	5.000,00	5.500,00	6.000,00	ALTERAÇÃO ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
TOTAL:			17.000,00	19.000,00	21.000,00	

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO, Art. 4º, §2º, inciso v da LRF

EVENTOS	Valores Previstos para 2013
Aumento Permanente da Receita(a)	569.000,00
(-)Transferências Constitucionais(b)	0,00
(-)Transferências ao FUNDEB(c)	60.000,00
Saldo Final do Aumento permanente de Receita(I)=a-(b+c)	509.000,00
Redução Permanente de Despesa(II)	0,00
Margem Bruta(III)=(I+II)	509.000,00
Novas DOCC(e)	500.000,00
Novas DOCC geradas por PPP(f)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta(IV)=(e+f)	500.000,00
Margem Líquida de expansão de DOCC(V)=(III-IV)	9.000,00

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp.Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 1
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
01	PODER LEGISLATIVO				
0000	ENCARGOS ESPECIAIS				
3003	Amortização de Parcelamento de Dívidas	DIVIDAS AMORTIZADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0001	PROCESSO LEGISLATIVO				
2001	Despesas com Remuneração do Corpo Legislativo	CORPO LEGISL. MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2002	Manutenção do Apoio as Atividades Legislativas	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2003	Participação em Congressos, Seminários e Simpósios	CONGRESSOS PARTICIPADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2004	Promoção de Eventos de Interesse do Poder Legislativo	EVENTOS PROMOVIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3001	Aquisição de Veículo e Equipamento p/ Serviços Admi. da Câmara	CÂMARA EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0002	AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
2005	Manutenção das Atividades da Secretaria da Câmara	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2006	Divulgação de Atos Administrativos do Poder Legislativo	ATOS DIVULGADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2007	Contribuições Prev. do Legislativo ao RGPS - INSS	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3002	Investimentos p/ Instalação da Câmara Municipal	CÂMARA INSTALADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0006	AÇÕES DE CONTROLE INTERNO				
2008	Manutenção Atividades Órgão Central de Controle Interno	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3004	Equipamentos Diversos Para Setor de Controle Interno	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
02	PODER EXECUTIVO				
0000	ENCARGOS ESPECIAIS				
2011	Despesas C/Precatórios e Cumprimento de Sentenças Judiciais	PRECATÓRIOS PAGOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2029	Despesas C/Contribuições para o P.A.S.E.P.	SERVIDORES ASSEGURADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2030	Despesas C/Pagamentos de Inativos e Pensionistas	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2034	Encargos C/Pagamento de Empréstimos e Parcelamentos de Dívidas	EMPRÉSTIMOS PAGOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3018	Amortização de Operações Crédito e Parcelamento de Dívidas	DIVIDAS AMORTIZADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0002	AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
2009	Manutenção Secretaria Geral e Assessoria do Gabinete	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2010	Manutenção Atividades do Gabinete do Prefeito	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2015	Manutenção Atividades dos Serviços Administrativos	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2016	Manutenção dos Serviços de Movimentação de Pessoal	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2017	Manutenção Atividades do Serviço de Compras e Licitação	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2018	Manutenção Serv. de Cantina, Vigilância e Zeladoria	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2020	Manutenção Serviço de Telefonia Municipal	TELEFONIA MANTIDA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2021	Despesas com Hospedagens, Homenagens e Receções	DESPESAS PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 2

Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2022	Despesas com Divulgação de Atos Oficiais e Administrativos	ATOS DIVULGADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2023	Despesas C/Água, Luz e Telefone de Prédios Públicos	TARIFAS PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2024	Despesa Com Contratação de Aluguéis e Seguros	ALUGUEIS E SEG.CONTRTADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2025	Manutenção Contribuições P/Associações de Apoio ao Município	ASSOCIAÇÕES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2026	Manutenção Contribuições Para Consórcios Municipais	CONSÓRCIOP MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2031	Obrigações Previdenciárias e Sociais Serv. Gerais - RGPS	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2039	Manut. Atividades Sec. Governo Coord. Política	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2040	Manutenção Administração do Ensino Municipal	ADM. DO ENSINO MANTIDA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2041	Consumo de Água, Energia e Telefone de Prédios Públicos - Educação	TARIFAS PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2042	Despesas C/Contratação de Aluguéis e Seguros - Educação	ALUGUEIS E SEG.CONTRATADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2043	Obrigações Previdenciárias e Sociais Serv. da Educação - RGPS	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2065	Manutenção Administração Secretaria Municipal de Saúde	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2066	Consumo de Água, Energia e Telefone de Prédios Públicos - Saúde	TARIFAS PAGAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2067	Despesas C/Contratação de Aluguéis e Seguros - Saúde	ALUGUEIS E SEGUROS CONTRATADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2068	Obrigações Previdenciárias e Sociais Serv. Saúde - RGPS	PESSOAL ASSEGURADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2085	Manutenção Atividades Administrativas da Sec. Assistência Social	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2100	Manutenção Atividades do Serviço Municipal de Obras Públicas	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2101	Manutenção e Reparos em Prédios Públicos Municipais	PRÉDIOS REFORMADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2111	Manutenção Atividades Sec. de Desenv. Rural	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural
2124	Manutenção Atividades Administração dos Serviços Culturais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3005	Aquisição de Veículo Para o Gabinete	VEICULO ADQUIRIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3006	Equipamentos P/Secretaria Geral e Assessoria do Gabinete	SECRETARIA EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3007	Equipamentos Diversos para Gabinete	GABINETE EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3010	Equipamentos Diversos Para Serviços Administrativos	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	2	Rural e Urbana
3011	Equipamentos P/Serviço de Movimentação de Pessoal	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3012	Equipamentos P/Serviço de Compras e Licitação	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3013	Equipam. Diversos P/Serv. de Cantina, Vigilância e Zeladoria	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3014	Ampliação Serviços de Informática	SEVIÇOS AMPLIADOS	UNIDADE	2	Rural e Urbana
3016	Equipamentos Div. P/Serviço de Telefonia	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3023	Equipamentos p/ Sec. Governo e Coord. Política	SECRETARIA EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3024	Equipamentos P/Administração do Ensino Municipal	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3031	Equipamentos Diversos Administ. Secretaria Municipal de Saúde	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 3
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
3032	Construção de Prédio Para Funcionamento da Secretaria de Saúde	PRÉDIO CONSTRUIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3043	Equipamentos P/Secretaria da Assistência Social	SECRETARIA EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3049	Equipamentos Diversos P/Serviço Obras Públicas Municipais	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3050	Aquisição de Imóveis de Interesse da Municipalidade	IMOVEIS ADQUIRIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3051	Construção e Melhoramentos em Prédios Públicos Municipais	PRÉDIOS CONSTR/MELHORA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3075	Equipamentos Diversos P/Administração Serviços Culturais	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3081	Manutenção Contribuições Para Consórcios Municipais	Cont. Consórcio	Unid.	0	Rural e Urbana
0003	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA				
2012	Manutenção Convênio c/ Poder Judiciário	CONVÊNIO MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2013	Manutenção Atividades da Assessoria Jurídica	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3008	Equipamentos Diversos Para Func. da Assessoria Jurídica	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0004	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS				
2035	Manutenção Atividades do Serviço de Tributação	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3019	Equipamentos Diversos Para Serviço de Tributação	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0005	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
2032	Manutenção Coordenação Serviços Financeiros	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2033	Pagamento de Despesas do Exercício Anterior	RESTOS A PAGAR PAGOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2036	Manutenção Atividades dos Serviços de Tesouraria	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2037	Manutenção Atividades do Serviço de Contabilidade	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3017	Equipamentos Div. P/Serviço de Finanças	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3020	Equipamentos Diversos Para Serviços de Tesouraria	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3021	Equipamentos Diversos P/Serviços de Contabilidade	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0006	AÇÕES DE CONTROLE INTERNO				
2014	Manutenção das Atividades do Órgão Central de Controle Interno	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3009	Equipamentos Diversos p/Órgão Central de Controle Interno	ORGÃO EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0007	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA				
2019	Manutenção Junta do Serviço Militar	JUNTA MANTIDA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2027	Manutenção Convênio Polícia Civil	CONVÊNIO MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2028	Manutenção Convênio Polícia Militar	CONVÊNIO MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3015	Equipamentos Div. P/Junta Serviço Militar	JUNTA EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0008	ASSISTÊNCIA AO IDOSO				
2086	Manutenção Progr. Assist. Social ao Idoso	IDOSOS ASSISTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0009	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 4
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2087	Subvenções a Entidades de Proteção a Infância	ENTIDADES SUBVENCION.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2088	Manutenção do Programa Pró-Jovem	JOVENS ATENDIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2089	Manutenção do Programa PETI	CRIANÇAS ATENDIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2098	Manutenção Fundo da Criança e do Conselho Tutelar	FUNDO E CONSELHO MANTIDOS	UNIDADE	2	Rural e Urbana
3046	Invest. e Equip. P/Fundo da Criança e Cons. Tutelar	FUNDO E CONSELHO EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0010	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO				
2082	Manutenção Atividades Programa Municipal de Odontologia	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3038	Melhoramentos e Equipamentos P/Programa de Odontologia	PROGRAMA EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0011	ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMUNITÁRIA				
2090	Apoio ao Funcionamento de Conselhos Comunitários	CONSELHOS APOIADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2091	Aquisição Material de Construção P/Doação a Carentes	MATERIAIS DOADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2092	Despesas C/Fornecimento Cestas Básicas a Carentes	CESTAS BASICAS DOADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2093	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2094	Subvenções e Auxílios Para Entidades Assistenciais	ENTIDADES SUBVENCION.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2095	Manutenção do Programa Cozinha Comunitária	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2096	Auxílios e Donativos a Carentes	CARENTES ASSISTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2097	Manutenção Centro de Ref. de Assis. Social - CRAS	CRAS MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3044	Equipamentos Para o Programa Cozinha Comunitária	PROGRAMA EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3045	Implantação do Centro de Referencia da Assist. Social - CRAS	CRAS IMPLANTADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0014	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE				
2069	Manutenção Unidades Médicas e Postos Saúde	UNIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2070	Subvenções a Entidades de Promoção a Saúde	ENTIDADES SUBVENCION.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2071	Manutenção Reparos em Unidades de Saúde	UNIDADES REFORMADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2072	Manutenção Prog. Mun. Médico Saúde da Família - PSF	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2073	Manut. Programa Estadual Atendimento Farmacêutico Básico	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2074	Manutenção das Atividades do PACS	PACS MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2075	Aquisição Medicamentos Para Doação a Carentes	MEDICAMENTOS DOADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2134	Manutenção dos Serviços de Assistência Farmacêutica Básica	FÁRMACIA BÁSICA MANTIDA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3033	Const. Melhoramentos e Equipam. P/Unidades Médicas e Postos de Saúde	UNIDADES EQUIPADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3034	Investimentos e Equip. P/Prog. Médico Saúde da Família - PSF	PSF EQUIPADO	UNIDADE	5	Rural e Urbana
0015	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR				
2076	Participação em Consórcio Intermunicipal de Saúde	CONSÓRCIO MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2077	Despesas C/Auxílios em Viagens P/Tratamento de Saúde - TFD	PACIENTES ASSISTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 5
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2078	Manutenção Atividades Programa Municipal Transporte Doentes	DOENTES TRANSPORTADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2079	Concessão Auxilio Financeiro a Carentes P/Tratamento de Saúde	CARENTES ASSISTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2133	Manutenção dos Serviços de MAC Ambulatorial e Hospitalar	MAC MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2135	Manutenção Contribuições P/ Associações de Apoio a Saúde	Cont. Consórcio	Unid	0	Rural e Urbana
3035	Aquisição Veiculos P/Programa Transporte de Doentes	VEICULO ADQUIRIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3080	Equipamentos P/Serviços de MAC Ambulatorial e Hospitalar	MAC EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3082	Participação em Consórcio Intermunicipal de Saúde	Cont. Consórcio	Unid.	0	Rural e Urbana
0016	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
2080	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária Municipal	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3036	Equipamentos Diversos P/Vigilância Sanitária	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0017	AÇÕES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA				
2081	Manutenção Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3037	Equipamentos Diversos P/Vigilância Epidemiológica	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0018	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
2053	Programa de Treinamento/Qualificação Pessoal da Educação	PESSOAL TREINADO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0019	ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
2046	Manutenção da Merenda P/Creches Municipais	REFEIÇÕES DISTRIBUIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2054	Manutenção Programa Municipal de Merenda Escolar	REFEIÇÕES DISTRIBUIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0020	ENSINO FUNDAMENTAL				
2055	Manutenção e Reparos em Prédios Escolares	PRÉDIOS REFORMADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2056	Manutenção Atividades do Ensino Fundamental	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2057	Subvenções a Entidades de Promoção ao Ensino Fundamental	ENTIDADES SUBVENCION.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2058	Despesas c/ Remuneração Profissionais da Educação	PROFISSIONAIS REMUNERADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2059	Aquisição Material Didático e Pedagógico P/Doação a Estudantes	MAT.DITATICOS DOADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3027	Aquisição Imóveis P/Ampliação Rede Escolar	IMOVEIS ADQUIRIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3028	Ampliação/Construção Unidades Fisicas do Ensino Fundamental	UNIDADES CONSTR/AMPLIA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3029	Equipamentos Diversos P/Manutenção do Ensino Fundamental	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0021	TRANSPORTE ESCOLAR				
2060	Manutenção Programa Municipal de Transporte de Estudantes	ALUNOS TRANSPORTADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3030	Aquisição Veículos P/Transporte de Estudantes	VEICULOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0022	AÇÕES DE ENSINO MÉDIO				
2064	Despesas C/Concessão Bolsas de Estudo Até o Segundo Grau	BOLSAS CONCEDIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0023	AÇÕES DE ENSINO SUPERIOR				



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 6
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2044	Apoio ao Transporte Estudantes de Nível Superior	ESTUDANTES TRANSPORTAD	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2045	Concessão de Bolsas de Estudo P/Nível Superior	BOLSAS CONCEDIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0024	AÇÕES DE ENSINO INFANTIL				
2047	Manutenção de Creches Municipais	CRIANÇAS ATENDIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2048	Subvenções a Entidades de Promoção Educação Infantil	ENTIDADES SUBVENCION.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2049	Manutenção Atividades do Ensino Pré-Escolar	CRIANÇAS ATENDIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2050	Despesas C/Remuneração Profissionais do Ensino Infantil	PROFISSIONAIS REMUNERADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3025	Construção e Melhoramentos em Creches	CRECHES CONSTR/MELHORA	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3026	Ampliação e Melhoramentos no Ensino Pré-Escolar	UNIDADES AMPL./MELHOR	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0025	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
2061	Manutenção Atividades do Ensino Supletivo e Telesalas	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2062	Despesas C/Remuneração Profissionais Ensino Supletivo	PROFISSIONAIS REMUNERADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2063	Manutenção Atividades P/Erradicação do Analfabetismo	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0026	DIFUSÃO CULTURAL				
2125	Despesas C/Promoção de Eventos Artísticos e Culturais	EVENTOS PROMOVIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2126	Apoio Realização de Carnaval, Festas Cívicas e Populares	FESTAS REALIZADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2127	Despesas C/Entidades de Apoio a Cultura Municipal	ENTIDADES APOIADAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2128	Manutenção Atividades Da Biblioteca Pública Municipal	BIBLIOTECA MANTIDA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2132	Manutenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	PATRIMONIO HISTÓRICO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3076	Construção e Melhoramentos da Biblioteca Pública Municipal	BIBLIOT.CONSTR./MELHO.	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0027	AÇÕES DE TURISMO				
2129	Manutenção Atividades de Promoção ao Turismo no Município	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3077	Equipamentos Diversos P/Promoção ao Turismo no Município	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0028	SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				
2103	Manutenção Atividades da Limpeza Pública Municipal	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3053	Melhoramentos e Equipamentos Diversos P/Limpeza Pública Municipal	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0029	SERVIÇOS FUNERÁRIOS MUNICIPAIS				
2104	Manutenção Atividades dos Serviços Funerários Municipais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3054	Equipamentos e Melhoramentos dos Serviços Funerários Municipais	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0030	SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
2105	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	REDES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3055	Despesas C/Extensão de Rede Iluminação Pública Urbana	REDES EXTENDIAS	KILOMETROS	0	Urbana
0031	AÇÕES DE URBANISMO				



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 7
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2106	Manutenção Atividades dos serviços de Vias Urbanas Municipais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Urbana
2107	Manutenção de Praças, Parques e Jardins	PRAÇAS MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3056	Construção e Melhoramentos em Vias e Logradouros Públicos	VIAS COSTRUIDAS E MELH.	M2	0	Rural e Urbana
3057	Equipamentos Div. Para Manut. Serviços de Vias Urbanas Municipais	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Urbana
3058	Construção e Melhoramentos de Praças Parques e Jardins	PRAÇAS CONSTR.E MELH.	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0032	SANEAMENTO BÁSICO				
2083	Manutencao Sistema Abastecimento de Água	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2084	Manutenção Sistema de Captação Esgotos Sanitários	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3039	Ampliação e Melhoramentos Sistema Abastecimento de Água	SISTEMA AMPLIADO	KILOMETROS	1	Rural e Urbana
3040	Investimentos em Obras de Saneamento Geral	OBRAS REALIZADAS	KILOMETROS	0	Rural e Urbana
3041	Ampliação/Melhoramentos no Sistema Captação Esgotos Sanitários	SISTEMA AMPL/MELHORADO	KILOMETROS	1	Rural e Urbana
3042	Construção e Melhoramentos Rede Esgoto Pluvial	REDE CONST/MELHORADA	KILOMETROS	0	Rural e Urbana
0033	HABITAÇÃO POPULAR				
2099	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação Popular	FUNDO MANTIDO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3047	Equipamentos Diversos P/Fundo Municipal de Habitação Popular	FUNDO EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3048	Manut. do Programa de Construção de Casas e Banheiros P/Carentes	CASAS CONSTRUIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
0034	GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE				
2123	Manutenção Controle e Fiscalização do Meio Ambiente	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3073	Investimentos em Programas de Combate a Seca	PRODUTORES ASSISTIDOS	UNIDADE	0	Rural
3074	Equipamentos Diversos P/Controle e Fiscalização Meio Ambiente	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0035	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA				
2112	Manutenção das Atividades do Viveiro de Mudas	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2113	Aquisicao Sementes, Mudas e Insumos P/Apoio ao Pequeno Produtor	SEMENTES E MUDAS ADQUIRIDAS	UNIDADE	0	Rural
2114	Despesas C/Manutenção Convênio EMATER	CONVÊNIO MANTIDO	UNIDADE	0	Rural
2115	Manutencao Convênio C/I.M.A	CONVÊNIO MANTIDO	UNIDADE	1	Rural
2116	Programa de Prevenção e Erradicação Doenças Animais	PROGRAMA MANTIDO	UNIDADE	1	Rural
2117	Manutenção Atividades do Mercado e Feiras Livres	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2118	Manutenção Atividades do Matadouro Municipal	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2119	Programa de Incentivo ao Produtor Rural	PROD.RURAL ASSISTIDO	UNIDADE	0	Rural
2120	Apoio Realização Eventos P/Promoção Indústria e Agropecuária	EVENTOS REALIZADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2121	Manutenção Ativ. Farol de Desenvolvimento Banco do Nordeste	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2122	Apoio Funcionamento de Conselhos Comunitários Rurais	CONSELHOS APOIADOS	UNIDADE	0	Rural
3064	Equipamentos Div. Sec. Desenv. Rural	SECRETARIA EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Página: 8
Ano de 2014

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
3065	Construção de Barragens	BARRAGENS CONSTRUIDAS	UNIDADE	0	Rural
3066	Investimentos e Equipamentos P/Viveiro de Mudas	VIVEIRO EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3067	Aquisição de Veículos e Equipamentos Agrícolas	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural
3068	Construção e Equipamentos Para Mercado Municipal	MERCADO CONSTR/EQUIP.	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3069	Melhoramentos/Equipamentos Para Matadouro Municipal	MATADOURO MELH./EQUIP.	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3070	Implantação Eletrificação Rural	ELETRIFICAÇÃO IMPLANT	KILOMETROS	0	Rural
3071	Implantação Centros Comunitários Rurais	CENTROS IMPLANTADOS	UNIDADE	0	Rural
3072	Investimentos em Programa de Irrigação P/Pequenos Produtores	PROGRAMA IMPLANTADO	UNIDADE	1	Rural
0036	AÇÕES DE COMUNICAÇÃO				
2038	Manutenção Atividades Assessoria de Comunicação	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2102	Manutenção Torre de Captação Sinais de Televisão	TORRE MANTIDA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3022	Equipamentos para Assessoria de Comunicação	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3052	Equipamentos e Ampliação Torre Captação Sinais de Televisão	TORRE EQUIPADA	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0037	AÇÕES DE TRANSPORTE E DE TRÂNSITO				
2108	Manutenção Serviços de Transportes e Oficinas Municipais	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2109	Manutenção dos Veículos Máquinas e Equipamentos Rodoviários	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2110	Manutenção Atividades Serviço de Estradas Vicinais	ATIVIDADES MANTIDAS	UNIDADE	1	Rural
3059	Equipamentos Div. P/Serviço de Transportes e Oficinas Municipais	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3060	Implantação Terminal Rodoviário de Passageiros	TERMINAL IMPLANTADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3061	Construção e Melhoramentos em Estradas Vicinais	ESTRADAS CONSTR/MELH.	KILOMETROS	0	Rural
3062	Aquisição Veículos, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
3063	Construção e Melhoramentos de Pontes e Mata Burros	PONTES E MAT BURROS CONSTR.	UNIDADE	0	Rural
0039	DESPORTO COMUNITÁRIO E LAZER				
2130	Manutenção Serviço de Esportes Municipais	SERVIÇOS MANTIDOS	UNIDADE	1	Rural e Urbana
2131	Manutenção Campos de Futebol e Unidades Esportivas	UNIDADES MANTIDAS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3078	Ampliação e Melhoramentos em Campos de Futebol e Unidades Esportivas	UNIDADES AMPL/MELHORAD	UNIDADE	0	Rural e Urbana
3079	Equip. Diversos P/Serviços de Esportes e Lazer	SETOR EQUIPADO	UNIDADE	1	Rural e Urbana
0041	EDUCAÇÃO ESPECIAL				
2051	Manutenção Atividades do Ensino Especial	ALUNOS ESP.ATENDIDOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
2052	Despesas C/Remuneração Profissionais do Ensino Especial	PROFISSIONAI REMUNERADOS	UNIDADE	0	Rural e Urbana
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
9001	Reserva de Contingência	RESERVA	UNIDADE	0	Rural e Urbana

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
ANEXO X - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2014

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Demandas Judiciais	30.000,00	Anul. Dotações Utilizando Reserva de Contingência	30.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	20.000,00	Anul. Dotações Utilizando Reserva de Contingência	20.000,00
Assunção de Passivos	60.000,00	Anul. Dotações Utilizando Reserva de Contingência	60.000,00
SUBTOTAL:	110.000,00	SUBTOTAL:	110.000,00

DEMAIS RISCOS PASSIVOS		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Frustração de Arrecadação	350.000,00	Anulação de Dotações	350.000,00
Restituição de Tributos a Maior	5.000,00	Anul. Dotações Utilizando Reserva de Contingência	5.000,00
Discrepância de Projeções	300.000,00	Anulação de Dotações e da Reserva de Contingência	300.000,00
Outros Riscos Fiscais	10.000,00	Anul. Dotações Utilizando Reserva de Contingência	10.000,00
SUBTOTAL:	665.000,00	SUBTOTAL:	665.000,00

TOTAL:	775.000,00	TOTAL:	775.000,00
---------------	-------------------	---------------	-------------------

LINDOMAR FRANCISCO SOUZA
Resp. Controle Interno

HELBERT LOPES DE MACEDO
Contador 57903

ARLEY COSTA MENDES
Prefeito Municipal